Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 15 de Janeiro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *Mário Pais de Sousa* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *António Lopes Mateus* — *Luiz António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Decreto n.º 20:770

Dispondo o decreto n.º 19:354, de 3 de Janeiro de 1931, no seu artigo 1.º, as normas a que devem satisfazer as instalações, modificações e transformações de es-

tabelecimentos industriais, e no seu artigo 5.º as competências na sua aplicação;

Atendendo a que o decreto n.º 19:615, de 18 de Abril de 1931, estabelece de forma precisa quais as indústrias dependentes do Ministério da Agricultura;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Agricultura:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo único. As indústrias referidas no artigo 1.º do citado decreto n.º 19:615 estão abrangidas nas disposições do decreto n.º 19:354 e respectivo regulamento, aprovado pelo decreto n.º 19:409, de 4 de Março de 1931.

O Ministro da Agricultura assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Govêrno da República, 15 de Janeiro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Henrique Linhares de Lima*.